

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.698.236 - MG (2017/0234636-2)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRENTE : **INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG**
ADVOGADOS : **CELESTE DE OLIVEIRA TEIXEIRA - MG051828**
: **REYNALDO TADEU DE ANDRADE - MG072864**
RECORRIDO : **JOSE CARLOS MENDES VIEIRA**
ADVOGADA : **JEAN GABRIEL PERBOYRE GUIMARAES STARLING - MG090627**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado de Minas Gerais, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça respectivo assim ementado (e-STJ, fl. 65):

EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL - IPSEMG - CONTRIBUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - LC N. 64/02 - TRANSITO EM JULGADO - ADI 3106 - MODULAÇÃO DOS EFEITOS SUPERVENIENTE - ARTIGO 741, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC/73 - INAPLICABILIDADE. 1. O parágrafo único do artigo 741 do Código de Processo Civil de 1973 não autoriza a desconstituição do título executivo judicial cujo trânsito em julgado operou-se antes do julgamento do Supremo Tribunal Federal. 2. A superveniente decisão do Supremo Tribunal Federal, que determina a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade na ADI 3106, não tem o condão de atingir decisão transitada em julgado via embargos à execução, sob pena de violação à coisa julgada.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 91-96).

Sustenta o insurgente ofensa ao art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973, por não ter o Tribunal de origem aplicado o dispositivo à espécie, pelas seguintes razões (e-STJ, fl. 85):

Percebe-se que houve negativa de aplicação da referida espécie legal no presente caso uma vez que o STF, na ADI 3106 declarou inconstitucional a compulsoriedade da cobrança da contribuição da saúde (3,2%), bem como proibiu a devolução da contribuição da saúde descontada em período anterior a 14/04/2010.

Desta forma, tendo em vista, que a execução proposta e da qual se alega a inexigibilidade do título cobra valores em período tido por irrepetíveis pelo STF, na modulação da ADI 3106, considerando o efeito vinculante da decisão, esta deverá abranger até a presente execução não transitada em julgada, para impedir a cobrança de valores proibidos em decisão vinculante

Superior Tribunal de Justiça

do STF.

Não obstante o v. acórdão entender que o título exequendo não foi declarado inconstitucional, o título exequendo está em desconformidade com o entendimento do STF quanto à possibilidade de devolução de todos os valores descontados a título de contribuição da saúde (3,2%), devendo haver a limitação da devolução, para a, perfeita obediência à ADI 3106.

Assim, a decisão recorrida ao considerar que a decisão transitou em julgado antes da decisão da ADI 3106, e portanto válida, nega vigência ao parágrafo único do art. 741, 11, do CPC de 1973 declara que é inexigível título judicial declarado inconstitucional pelo STF deve ser entendido, procurando a razão da lei, como título exigido em desconformidade com o decidido pelo STF.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fl. 105).

É o relatório.

O recurso não merece conhecimento.

Observa-se que as razões do especial não enfrentaram o fundamento basilar do aresto combatido, a saber, a impossibilidade de reconhecimento da inexigibilidade de título judicial, com suporte no art. 741, parágrafo único, do CPC/1973, se o trânsito em julgado da decisão exequenda é anterior ao julgamento do Supremo Tribunal Federal.

Confira-se (e-STJ, fl. 209):

É certo que, posteriormente, nos Embargos de Declaração na ADI 3106, foi reconhecida a "legitimidade da cobrança da contribuição social dos servidores do Estado de Minas Gerais enquanto o serviço lhes estava disponível e até a data de conclusão do julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal", afastando o dever de devolução por parte do apelante das contribuições recolhidas no período citado. Contudo, o título executivo judicial exequendo não pode ser desconstituído por meio dos presentes embargos sob a alegação de inexigibilidade da obrigação.

O parágrafo único do artigo 741 do Código de Processo Civil de 1973 não autoriza a desconstituição do título executivo judicial cujo trânsito em julgado operou-se antes do julgamento do STF.

Assim, a superveniente decisão do Supremo Tribunal Federal, que determina a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade na ADI 3106, não tem o condão de atingir decisão transitada em julgado via embargos à execução, sob pena de violação à coisa julgada, consoante já decidiu este Tribunal de Justiça:

A não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a incidência do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DETRAN/PE. DEFICIENTE FÍSICO. ALTERAÇÃO DA LEI QUE CONSIDERAVA O CANDIDATO COMO DEFICIENTE, DURANTE

Superior Tribunal de Justiça

O CONCURSO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTES PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. DEFICIÊNCIA FÍSICA RECONHECIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ALTERAÇÃO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto em 12/02/2016, contra decisão publicada em 02/02/2016.

II. Não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta determinado fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a sua manutenção, em face da incidência do enunciado da Súmula 283 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"). No caso, a parte recorrente deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido, no sentido de que "a junta médica do certame em apreço aplicou a literalidade do supracitado Decreto 5296/04, o qual não estava em vigor na data da publicação do edital do certame em questão, entendendo pela desclassificação do candidato ora apelante por considerar que a sua surdez bilateral não se enquadrava na previsão de deficiência auditiva". Incidência da Súmula 283/STF.

III. Ademais, tendo o acórdão recorrido concluído pela existência de perda auditiva bilateral, suficiente a enquadrar o autor como deficiente auditivo, nos termos da lei, aferir a existência da perda auditiva, em Recurso Especial, demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, providência vedada, em sede de Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.504.904/PE, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 19/4/2016 - grifos acrescidos)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. INOCORRÊNCIA. SOFTWARE DE PRATELEIRA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

2. Conforme entendimento sedimentado na Súmula 283 do STF, não se conhece de recurso especial quando inexistente impugnação específica a fundamento autônomo adotado pelo órgão judicial *a quo*.

3. Por força das Súmulas 282 e 284 do STF, não se conhece de recurso especial quando o dispositivo legal tido por violado, além de não ter correlação com a matéria julgada, não está prequestionado.

4. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7 do STJ).

5. Hipótese em que o Tribunal Regional Federal, com base no acervo

Superior Tribunal de Justiça

probatório, decidiu pela não incidência do IRRF em razão de a parte autora ter adquirido o software comercial "de prateleira", situação que afastaria o pagamento de direitos autorais/royalties, não sendo possível o reexame na via do especial.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1.641.775/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 4/12/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

